



**PROCESSO N°** : 2018.38990.00001  
**UNIDADE GESTORA** : Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - ATR  
**EXERCÍCIO FINANCEIRO** : 2017  
**ASSUNTO** : Prestação de Contas Anual  
**TIPO DE AUDITORIA** : Avaliação da Gestão

**RELATÓRIO DE AUDITORIA N° 20/2018**  
SGD N° 2018/09049/000613

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa n° 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO procedemos a análise da Prestação de Contas Anual da **Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos**, nos termos do inciso XII, alínea “b” do artigo 3° da Lei n° 2.735/2013 e do Decreto n° 5.364/2016, alterado pelo Decreto n° 5.573, de 27 de Janeiro 2017.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 10 da Instrução Normativa n° 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1° de janeiro a 31 de dezembro de 2017**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, às fls. **66**, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, demonstra **déficit** orçamentário de **59,52%**, justificado às fls. **247**, por não ser um órgão arrecadador, e parcialmente dependente dos recursos do Tesouro Estadual, em obediência ao princípio da Unidade de Tesouraria.

3.2 A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um **bom** nível de execução, com percentual médio de **91,02%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas Correntes	2.404.518,00	2.188.640,37	91,02
Receitas de Capital	0,00	0,00	-
(-) Deduções da Receita	0,00	0,00	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.404.518,00</b>	<b>2.188.640,37</b>	<b>91,02</b>



*[Handwritten signatures and initials]*



FONTE DE RECURSOS	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
0240	2.303.518,00	2.181.687,91	94,71
0225	101.000,00	6.952,46	6,88
<b>TOTAL</b>	<b>2.404.518,00</b>	<b>2.188.640,37</b>	<b>91,02</b>

3.3 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um **bom** nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **69,72%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	7.754.094,00	5.406.423,00	69,72
Despesa de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>7.754.094,00</b>	<b>5.406.423,00<sup>e</sup></b>	<b>69,72</b>

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
100 – Recursos Ordinários	5.349.576,00	4.748.202,48	88,76
225 - Rec. de Convênios com Órgãos Federais	101.000,00	500,00	0,50
240 - Recursos Próprios	2.303.518,00	657.720,52	28,55
<b>TOTAL</b>	<b>7.754.094,00</b>	<b>5.406.423,00</b>	<b>69,72</b>

3.4 Não houve alterações no orçamento inicial, às fls. **66/67**.

3.5 A receita orçamentária no período, no valor de **R\$ 2.188.640,37**, somada às transferências financeiras recebidas no valor de **R\$ 4.305.675,58**, os recebimentos extraorçamentários no valor de **R\$ 631.604,26** e ao saldo do exercício anterior, no valor de **R\$ 2.410.145,84**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de **R\$ 5.406.423,00**, os pagamentos extraorçamentários no valor de **R\$ 260.097,67**, restando saldo de **R\$ 3.869.545,38** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. **69/72**.

3.6 O Balanço Patrimonial, às fls. **77/79**, demonstra uma situação **positiva** dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

3.6.1 O Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante em **90,04%**, indicando que a Entidade possui recursos para pagar as dívidas de curto prazo.

3.6.2 O Ativo Não Circulante foi de **R\$ 693.506,61**, composto pelo Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado, Intangível, não tendo sido constituído Passivo Não Circulante (Dívida Fundada), às fls. **80**.

3.6.3 Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício no valor de **R\$ 623.876,02**, deste montante, **R\$ 411.523,34** refere-se a restos a pagar processados



*[Handwritten signatures and initials]*

e **R\$ 212.352,68** restos a pagar não processados, conforme demonstrado no Balanço Financeiro às fls. **69 a 71**.

3.6.3.1 Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, demonstrado às fls. **68**, do qual foi liquidado **R\$ 149.827,12**, pago **R\$ 149.827,12** e cancelado **R\$ 16.573,57**, restando ainda um saldo de **R\$ 5.459,48**, às fls. **252/253**, consta justificativa às fls. **252 e 253**.

3.6.3.2 Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado às fls. **68**, foi pago **R\$ 102.542,31** e cancelado **R\$ 4.723,73**, restando um saldo de **R\$ 331.794,31**, justificado às fls. **252 e 253**.

3.6.4 O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um **superávit** financeiro de **R\$ 2.882.404,50**, obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de **R\$ 3.869.545,38**, com o Passivo Financeiro no valor de **R\$ 987.140,88**, conforme às fls. **77 a 79**.

3.7 Os bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, estão registrados no imobilizado, às fls. **77**, no valor total de **R\$ 693.506,61**, já deduzida a depreciação, não havendo, todavia, informações quanto a posição física do SISPAT, consta justificativa às fls. **113 e 250**, no entanto, a mesma é insuficiente para fundamentar a deficiência de controle patrimonial do exercício em análise. Ademais, a ausência da posição física do SISPAT, impossibilita os técnicos desta Controladoria Geral do Estado em confrontar as contas contábeis patrimoniais dispostas no SIAFEM com os grupos de contas do SISPAT.

3.7.1 A Nota Explicativa às fls. **250**, evidencia inexistência de saldo de bens móveis próprios em processo de localização.

3.7.2 A Nota Explicativa às fls. **250** e balancete, às fls. **230**, registram existência de saldo de bens móveis de terceiros em processo de localização no montante de **R\$ 89.088,37**.

3.8 A conta contábil "Estoques", às fls. **77**, apresenta saldo no valor de **R\$ 13.944,44**, que confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. **124**.

3.9 A conta "Caixa e Equivalentes de Caixa", às fls. **77**, registra saldo no valor total de **R\$ 219.140,84**, que confere com o Balanço Financeiro, extratos e termo de conferência de caixa emitida pelo contador responsável, às fls. **136 a 215 e 253**, conforme discriminação abaixo:

a) banco conta movimento de **R\$ 219,140,84**:

1 - **R\$ 89.769,45** na Conta Única do Tesouro Estadual;





2 - R\$ 129.371,39 nas contas bancárias específicas;

b) aplicação financeira R\$ 0,00.

3.10 As contas do Passivo Circulante, às fls. **77 a 79**, totalizam um saldo de **R\$ 2.051.560,55**, correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.

3.11 Não há registro de saldo na conta "Passivo Não Circulante", conforme evidenciado no demonstrativo às fls. **80**.

3.12 O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de **R\$ 6.913.544,64** e Variação Patrimonial Diminutiva de **R\$ 6.753.248,40**, demonstrando resultado patrimonial **positivo** do período, no montante de **R\$ 160.296,24**, conforme demonstrado às fls. **73 a 76**.

3.13 A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido final no valor de **R\$ 3.869.545,38**, às fls. **82**.

4. Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à **Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – ATR.**, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado.

4.1 Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos houve a avaliação prévia de **03** (três) processos de adesão em ata de registro de preços, destinados à prestação de serviços e material permanente, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas.

4.2 No exercício de 2015, a Controladoria Geral do Estado criou um setor dedicado exclusivamente a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, tendo sido realizados **4** (quatro) atendimentos via telefone e **1** (um) atendimento presencial para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, execução e fiscalização de contratos, licitação, dentre outras.

4.3 Houve acompanhamento e avaliações quadrimestrais, durante todo o exercício de **2017**, da execução do PPA e do orçamento, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e nas ações orçamentárias, conforme demonstrados no item **6** deste Relatório.

5. Ressalte-se por oportuno, que não há informação quanto à realização de Auditorias por órgãos de Controle Externo, na **Agência Tocantinense de Regulação,**



*[Handwritten signatures and initials]*



**Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - ATR** durante o exercício em análise, considerando a declaração, às fls. **258**.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, estão demonstrados através do Relatório de Gestão às fls. **14 a 55**, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN n.º 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance do objetivo estabelecido para a **Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - ATR**, desenvolvidos com base nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual n.º 3.051/2015 (PPA 2016-2019) e a eficiência e eficácia dos projetos e atividades por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual n.º 3.052/2015 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.2 O Relatório demonstra que as atribuições da Entidade foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance do objetivo, às fls. **23**, definido no Programa Temático: **Programa 1151 – Desenvolvimento Regional, Urbano e Habitação** e com suporte nas ações do **Programa 1100 – Manutenção e Gestão do Poder Executivo**.

6.3 Para o objetivo da entidade foram estabelecidas 04 (quatro) metas regionalizadas para o quadriênio 2016-2019, cuja execução, no exercício em análise, indica um baixo desempenho, em relação ao que se pretende alcançar ao final do PPA, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. **25 a 28**.

6.4 A avaliação do grau de efetividade do alcance do objetivo definido no PPA não foi realizada por meio de nenhum indicador, o mesmo foi alterado e será apurado apenas no exercício de 2018, conforme demonstrativo, às fls. **23**.

6.5 Para o alcance do objetivo da Entidade foram elaboradas 06 (seis) ações orçamentárias, sendo todas de natureza atividade, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física e orçamentário-financeira, explicitando um bom grau de eficiência, apesar da não execução financeira de 01(uma) delas, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. **29 a 38**.

6.6 A execução das ações de gestão, envolvendo um total de 05 (cinco) ações de natureza atividade, demonstra que as mesmas tiveram uma boa contribuição para o alcance dos objetivos da Entidade, uma vez que o montante de recursos destinados, **75,86%** foram executados por meio do Programa de Gestão Manutenção, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. **39 a 43**.

7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às fls. **253**, um quantitativo de **87** servidores ativos, sendo que **02** servidores foram admitidos no exercício de 2017 por meio de concurso e **11** por meio de contrato temporário.



8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Carlos Júnior Spegiorin Silveira, Pedro Adroaldo da Silva, Heliete da Paixão Mendes** e outros relacionados neste processo, às fls. **05, COM RESSALVAS** aos itens **3.6.3.1, 3.6.3.2, 3.7 e 3.7.2, 6.3 e 6.4** deste relatório.

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO**, em Palmas, aos 26 dias do mês de fevereiro de 2018.

*Vinicius A. Leite*  
**Vinicius Albuquerque Leite**  
Analista/Assistente Administrativo

*Rivaldo S. do Nascimento*  
**Rivaldo Soares do Nascimento**  
Analista/Contador

*Regiane Sousa Chaves*  
**Regiane Sousa Chaves**  
Analista/Assistente Administrativo

*Sergivan Sales de Brito*  
**Sergivan Sales de Brito**  
Analista/Gerente

*Augusto de Souza Pinheiro Júnior*  
**Augusto de Souza Pinheiro Júnior**  
Diretor de Auditoria e Fiscalização

- I – De acordo;  
II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise em emissão do competente parecer de auditoria.  
Em: 26/02/2018.

*Silene Ribeiro de Souza*  
**Silene Ribeiro de Souza**  
Superintendente

